



FUNDO SOCIAL
município de braga

APROVADO POR UNANIMIDADE.

por Fernão Gomes

João Manuel Carneiro

por João Pacheco da Costa Araújo de N.



FA
Garcia
A.
A.
A.

Relatório de Atividades e Contas do ano 2018

Assembleia Geral | 26 de março de 2019

Fundo Social Desportivo e
Cultural dos Trabalhadores da
Câmara Municipal de Braga
e Empresas Municipais

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Apresentação Institucional	4
2.1. Missão	4
2.2. Valores	4
3. Composição	5
4. Atividade Administrativa	6
5. Atividades Sociais	6
6. Atividades Culturais, Recreativas e de Lazer	9
7. Atividades Desportivas	10
8. Comunicação	12
9. Recursos Humanos	13
10. Protocolos	13
11. Síntese	14
12. Demonstrações Financeiras	15
Balanço	15
Demonstração dos Resultados por Naturezas	16
Demonstração dos Resultados por Naturezas (Sede, Casa do Areal e Bares)	17
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	18
Demonstração dos Fluxos de Caixa	19
13. Anexo	20
1. Identificação da Identidade	20
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	20
3. Principais políticas contabilísticas	21
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	30
5. Ativos fixos tangíveis	30
6. Ativos intangíveis	31
7. Investimentos financeiros	31
8. Inventários	32
9. Associados/membros	32
10. Diferimentos	32
11. Outros ativos correntes	33
12. Caixa e depósitos bancários	33

13. Fundos Patrimoniais	33
14. Fornecedores	33
15. Estado e outros Entes Públicos	34
16. Financiamentos obtidos.....	34
17. Outros passivos correntes.....	34
18. Vendas e serviços prestados	34
19. Subsídios, doações e legados à exploração	35
20. Fornecimentos e serviços externos	35
21. Gastos com o pessoal	35
22. Outros rendimentos	36
23. Outros gastos	36
24. Resultados financeiros.....	36
25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	37
26. Acontecimentos após data de balanço	37
Informações exigidas por diplomas legais	38
Factos relevantes após o termo do período	38
Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras	38
Proposta de aplicação dos resultados	38








1. INTRODUÇÃO

O **Relatório de Atividades e Contas do Ano de 2018** demonstra que o Fundo Social Desportivo e Cultural dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Braga e Empresas Municipais desenvolveu uma ação multidimensional ao longo de todo o ano.

Neste sentido, é importante refletir e analisar o trabalho desenvolvido nas diferentes áreas de intervenção, nomeadamente, a social, a desportiva e a cultural. O maior destaque centra-se na área social, com a consolidação da resposta social de Centro de Dia que é motivo de orgulho para quem gere esta instituição.

Ressalva-se que, no final do ano passado, e de acordo com o estipulado na alínea a) número 1 artigo 27.º dos Estatutos da instituição, realizaram-se as eleições dos órgãos sociais para o mandato 2019 -2022. É de referir que apenas se apresentou a sufrágio uma única lista, tendo sido reeleitos os órgãos sociais, sendo que houve a alteração de alguns membros.

2. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

O Fundo Social Desportivo e Cultural dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Braga e Empresas Municipais, doravante designado por Fundo Social, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direção-Geral da Segurança Social, como I.P.S.S., com a inscrição n.º 8/11, a fls. 75 e Verso 76, do Livro n.º 13 das Associações de Solidariedade Social, efetuado em 11/10/2010 nos termos do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, que procedeu ao registo definitivo dos Estatutos como Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

Refira-se que se procedeu a uma alteração aos Estatutos pelo Decreto-Lei N.º 172-A/2014, de 14 novembro e que os mesmos foram registados pela Direção-Geral da Segurança Social em 9/10/2017. Realizou-se, também, um aperfeiçoamento ao referido documento pela Lei N.º 76/2015 de 28 de julho, sendo a última versão dos estatutos registada na Direção-Geral da Segurança Social, em 19/10/2018.

O Fundo Social procura apoiar, no distrito de Braga, as áreas relacionadas com a infância, a juventude, a invalidez e, também, a população adulta. Além disso, concentra esforços na promoção da saúde e do bem-estar e no enriquecimento cultural, recreativo, desportivo, educacional e socioeconómico dos associados, benfeitores e comunidade em geral.

a. MISSÃO

A missão do Fundo Social, enquanto I.P.S.S., é enaltecer a dignidade humana através da promoção de atividades de apoio social e de carácter cultural, desportivo e recreativo, tendo sempre em conta a dinâmica solidária.

O compromisso da instituição passa por disponibilizar aos associados, respetivos familiares, e comunidade bracarense em geral, as condições necessárias à garantia da qualidade de vida e do conforto, assente no panorama da igualdade social.

b. VALORES

Solidariedade | Responsabilidade | Profissionalismo
Cooperação | Dedicção | Ética | Apoio | União

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "F4", "H. M.", "A.", "Garcia", and "J. M.".

3. COMPOSIÇÃO

A instituição é composta pelos seguintes órgãos sociais: **Assembleia-Geral, Direção e Conselho Fiscal.**

Assembleia-Geral

Presidente: João Ferreira Chaves, sócio n.º 849

Primeiro Secretário: João Manuel Correia Lima, sócio n.º 94

Segundo Secretário: Jordão Jónio Machado da Costa Araújo de Sá, sócio n.º 777

Direção:

Presidente: Fernando Arménio da Silva Lima, sócio n.º 68

Secretário: Maria Goretti Ferreira de Abreu, sócia n.º 288

Tesoureiro: Ana Maria de Araújo e Silva, sócio n.º 12

Vogal: António Manuel Gama Ferreira dos Santos, sócio n.º 713

Vogal: Orlando José de Lara e Albuquerque, sócio n.º 283

Suplentes:

Glória Fernandes Pereira sócio n.º 310

Maria Filomena Alves Costa, sócia n.º 758

José Carlos Martins Marques, sócio n.º 517

João Manuel Fernandes Azevedo, sócio n.º 472

Luís Fernando Loureiro Peixoto, sócio n.º 426

Conselho Fiscal

Presidente: José Pedro Lopes, sócio n.º 275

Vogal: Rosa Maria da Costa Veloso, sócio n.º 507

Vogal: Carlos Alberto Malheiro Matos, sócio n.º 308

Suplentes:

Maria Celeste Silva Gomes, sócia n.º 756

Maria Rosa Martins Gonçalves, sócio n.º 281

Cristina da Conceição Ferreira Barbosa, sócio n.º 1896

4. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

A atividade administrativa é central para a realização dos nossos objetivos institucionais. Sendo assim, no decorrer do ano de 2018, mantivemos o nosso atendimento diário aos associados, utentes, familiares e público em geral através dos espaços de atendimento ao público na sede da instituição e na Casa do Areal.

5. ATIVIDADES SOCIAIS

No âmbito social, salientamos o desenvolvimento da resposta social de **Centro de Dia**, sediada nas instalações da Casa do Areal. O ano de 2018 foi marcado pela continuidade da consolidação desta resposta que manteve, ao longo do ano, uma consistência no número de utentes. No final do ano transato, encontravam-se 23 utentes registados em Centro de Dia. Esta consolidação resulta, essencialmente, da promoção de um serviço diversificado e diferenciado, que vai ao encontro das necessidades dos utentes e ao aumento da qualidade de vida e bem-estar. Destaca-se a importância da elaboração de um plano de atividades semanal que proporciona aos utentes uma panóplia de atividades de intervenção não farmacológica ao nível biopsicossocial. Este tipo de plano permite uma atuação mais abrangente, de modo a atingir, de uma forma mais eficaz, os objetivos pretendidos.

É, também, promovido o programa **“Tardes com Vida”** na Casa do Areal, destinado a utentes com mais autonomia, contemplando os seguintes serviços: acompanhamento psicossocial; animação sociocultural; atividade física desportiva; lanche e transporte. Refira-se que, neste programa, registamos a integração de 3 utentes no ano de 2018.

No ano transato manteve-se a parceria com a Resisénior, empresa responsável pela gestão da Estrutura Residencial, na Casa do Areal, desenvolvida nos pisos 1 e 2 do edifício. A existência desta parceria permite a sustentabilidade financeira do Centro de Dia. No que diz respeito ao número de utentes, no final do ano, contavam-se 18, o número máximo de utentes.

O Fundo Social manteve, no âmbito da intervenção social, o programa **“Avóspedagem”** e o **“Banco Solidário de Braga”**. Consideramos que estes programas são de grande relevância para a promoção da igualdade social e para a construção de uma sociedade mais solidária.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Gorito" and other illegible marks.

No que se refere ao “**Avóspedagem**”, este é um programa desenvolvido em parceria com o Gabinete de Ação Social do Município de Braga, direcionado à população sénior residente em Braga e a estudantes universitários, com o propósito de evitar a solidão e isolamento social dos idosos. Em contrapartida, os estudantes usufruem de alojamento a um preço mais acessível, em ambiente familiar. No ano de 2018, registou-se a inscrição de 30 estudantes e nenhuma de seniores, o que evidencia que a grande fragilidade deste programa recai na pouca adesão por parte da população sénior. Da parte da equipa técnica responsável, já foram promovidos vários esforços para cativar a adesão da população sénior, desde divulgações nas juntas de freguesias, nas paróquias, em conferências sociais, etc..

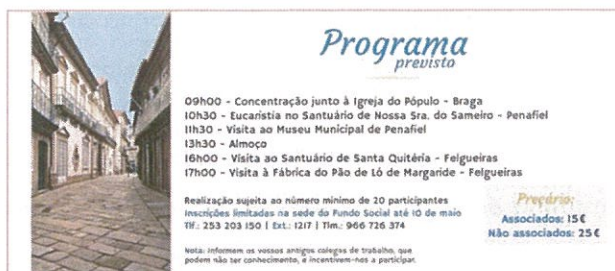
O “Banco Solidário de Braga” também é encetado em parceria com o Gabinete de Ação Social do Município de Braga e resulta da promoção de iniciativas de cariz solidário, sendo que se realçam as seguintes: **Cinemas Solidários da Páscoa (26 de março)** e **do Natal (19 de dezembro)** e as **Pedaladas Solidárias (23 de dezembro)**. Na realização destas atividades, os participantes contribuíram com a doação de bens alimentares não perecíveis, com os quais foram elaborados cabazes que foram entregues a famílias carenciadas de Braga.



Continuamos, no ano de 2018, com a parceria com a Associação dos Funcionários da Universidade do Minho (AFUM), no que respeita aos **Programas de Ocupação dos Tempos Livres (OTL's)**, dirigidos aos filhos dos associados, realizados nas épocas das férias da Páscoa, Verão e Natal. Estes programas registam uma participação significativa dos filhos dos nossos associados e apresentam um leque variado de atividades.

O **Convívio de Seniores** também se manteve, sendo que esta iniciativa já conta 10 edições e é dirigida aos associados aposentados e ex-trabalhadores do universo

municipal, que reuniram no 15 de maio, o “Dia Internacional da Família”. O programa incluiu a visita ao Santuário da Nossa Senhora do Sameiro, em Penafiel, ao Museu Municipal de Penafiel e a fábrica do Pão-de-Ló de Margaride, em Felgueiras. Ressalva-se que esta iniciativa promove o reencontro dos ex-colegas de trabalho e fomenta o associativismo.



A época de Natal demarcou-se com a promoção de algumas atividades, sendo de destaque a **Ceia de Natal** e a **Festa de Natal**. A Ceia de Natal realizou-se no dia 14 de dezembro, tendo sido um momento de partilha, convívio, confraternização e de animação entre os nossos associados. Este evento juntou cerca de uma centena de associados, e teve lugar no Migaitas Fórum. A Festa de Natal realizou-se a 22 de dezembro, com um espetáculo do *Ruben Circus*, sendo de realçar a importância deste momento que reúne os trabalhadores do universo municipal e filhos até aos 12 anos.



Neste ponto destaca-se, ainda, a **atribuição dos subsídios** de nascimento e de funeral, que funciona como um grande apoio monetário aos associados e familiares. No ano de 2018 foram atribuídos 19 subsídios de nascimento e 4 de funeral.

No âmbito do **apoio médico** registou-se, no ano transato, a realização de 109 atendimentos a associados.

O Fundo Social manteve a **gestão dos bares/cafetarias** sediadas nas instalações da Câmara Municipal de Braga, disponibilizando produtos a preços mais acessíveis. Também se continuou com a disponibilização das máquinas de auto-venda, com produtos

igualmente a preços mais reduzidos de forma a promover um serviço mais amplo e que se prolongue após o horário de funcionamentos dos bares/cafetarias.

Mais uma vez, procedeu-se ao apoio da iniciativa da Cercigui através da **'Campanha do Pirlampo Mágico'**, ou seja, a venda dos pirlampos na nossa sede e nos bares/cafetarias. Refira-se que esta campanha se destinou ao apoio a pessoas com deficiência intelectual e/ou multideficiência, numa lógica de sensibilização para a igualdade social.

No final do ano, apoiamos a campanha **'Bolachas Solidárias Lucas'** através da sua venda no Bar do Pópulo, tendo em conta a causa solidária, de apoio a uma criança com cancro.

É importante salientar que ao longo do ano transato os nossos associados participaram em diversas **atividades promovidas pela Quinta Pedagógica do Município de Braga**, nomeadamente: 14.º aniversário da Quinta Pedagógica, no dia 22 de janeiro, na comemoração do "Dia Mundial da Árvore e da Floresta", no dia 21 de março e no "Arraial dos Santos Populares", no dia 29 de junho.

6. ATIVIDADES CULTURAIS, RECREATIVAS E DE LAZER

No que diz respeito às atividades culturais, recreativas e de lazer, durante o ano de 2018 foram dinamizadas várias atividades que são já parte da tradição da instituição.

Invariavelmente, deve destacar-se a **Rota dos Vinhos'18** que decorreu a 14 de setembro na zona de Ponte de Lima e Arcos de Valdevez. Esta iniciativa incluiu visitas ao Festival Internacional dos Jardins de Ponte de Lima, bem como à Quinta dos Abrigueiros e à Quinta do Cerqueiral, dois espaços que marcam pela beleza da paisagem e das vinhas e pela tradição que emanam em todos os pormenores. A iniciativa foi recebida com muita satisfação entre todos os participantes pelo convívio e pela forte componente cultural que proporcionou.





Em 2018, a nossa instituição também organizou a tradicional **viagem a Fátima**. Neste sentido, a 6 de outubro, cerca de uma centena de participantes viajou até ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima numa iniciativa marcada pela fé e pela devoção.

Além destes destaques, divulgaram-se, ainda, várias viagens para destinos nacionais e internacionais através das parcerias estabelecidas com algumas agências turísticas, como é o caso da Pinto Lopes e da Rondatur. Como por exemplo:

- Amendoeiras em Flor;
- Cruzeiros no Douro;
- Férias no Algarve;
- Benidorm;
- Entre outros.

Todas as iniciativas enquadradas neste setor da instituição contribuíram para a promoção do património histórico-cultural nacional e internacional, tendo proporcionada uma ampla variedade de experiências turísticas aos nossos associados e respetivos familiares.

7. ATIVIDADES DESPORTIVAS

Durante 2018, a componente desportiva fez, certamente, parte da ação do Fundo Social. Deste modo, é importante destacar a participação e a realização de um conjunto de iniciativas enquadradas na **Braga CED2018 – Cidade Europeia do Desporto**. A instituição recebeu, inclusive, uma medalha de reconhecimento pelo Município de Braga por toda a colaboração no referido evento.

Neste âmbito, realçam-se, então, duas jornadas de convívio: com o Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Gondomar, a 26 de maio, e com o Município de Portel, a 22 de setembro. As duas iniciativas, que incluíram a realização de um jogo de futebol de 11 no Estádio 1.º de Maio, bem como uma série de visitas à cidade bracarense, permitiram fomentar as relações interinstitucionais e o

F. F.
A.
Goratti
A. T.
J. J.
J. J.

associativismo, ao mesmo tempo que promoveram o desporto e a adoção de hábitos saudáveis.



Figura 2- Equipa de Futebol do Fundo Social,
Convívio com CCDT C. M. Gondomar,
Estádio 1.º de Maio (Braga)



Figura 2- Convívio com a C. M. de Portel,
Estádio 1.º de Maio (Braga)

Além disso, é também de mencionar a participação da instituição na **3ª edição do Torneio de Futebol Ângelo Vilela**, iniciativa organizada pela F3M, que envolveu um conjunto de empresas e instituições em competição. De salientar que a equipa da nossa instituição sagrou-se vencedora do respetivo torneio pela segunda vez consecutiva.

Outra das iniciativas nas quais a nossa instituição participou foi no **Convívio Nacional de Futsal Intermunicipal'18 (CNFI'18)**, uma iniciativa que juntou 30 municípios e cujo jogo final decorreu na cidade bracarense, onde se registou a vitória do Município da Madalena (Açores).



Figura 3- Equipa Torneio do F3M



Figura 4- Equipa CNFI'18

8. COMUNICAÇÃO E MARKETING

No que toca à área da comunicação e marketing, 2018 foi um ano marcado por uma **estratégia integrada** que procurou, essencialmente, inovar e uniformizar a abordagem à identidade institucional do Fundo Social.



Um dos pontos a focar neste relatório é, precisamente, a criação da nova imagem e estrutura do boletim informativo. Esta publicação bimestral passou a contar, desde janeiro do ano transato, com um *design* mais moderno, apelativo e enquadrado com o tipo de conteúdos divulgados. A respetiva alteração procurou ir ao encontro do *design* já utilizado pela instituição noutros meios de divulgação e materiais diversos: *flyers*, cartazes, pastas institucionais, etc., com o propósito – tal como referido anteriormente –, de criar uma identidade institucional única e facilmente identificável tanto pelo público-alvo como por outros públicos/*stakeholders*.

No que diz respeito às plataformas digitais, em 2018, mantiveram-se em atividade permanente e atualizada o *website* institucional e a página de *facebook*. Esta última registou uma adesão crescente por parte de familiares dos utentes da Casa do Areal, o que sustenta que as redes sociais têm, de facto, uma forte capacidade de aproximação aos diferentes públicos. A *newsletter* institucional também continuou a ser enviada mensalmente, via endereço de correio eletrónico.

Em 2018, e tendo em conta a consistência crescente da instituição e do projeto Casa do Areal, foi desenvolvido o vídeo de apresentação institucional que figura no separador 'Quem Somos' do *website* e que espelha resumidamente tudo aquilo que caracteriza o Fundo Social. De facto, além da cobertura fotográfica aos eventos/iniciativas que é feita habitualmente, no ano transato procurou-se desenvolver, também, mais conteúdos em vídeo.

Os meios de divulgação tradicionais e de suporte físico também se mantiveram ao longo de todo o ano, de forma a garantir que todos os destinatários de interesse, por várias formas de contacto.

Tendo em conta o âmbito de ação (distrito de Braga), a instituição apostou, de igual forma, no contacto consistente com os *media* regionais (jornais, semanários, rádio, publicações com edições especiais, etc.).

Handwritten signature in black ink.

Handwritten signature in black ink.

Handwritten signature in blue ink.

9. RECURSOS HUMANOS

Neste âmbito, a Direção do Fundo Social tem mantido a mesma política de atuação, na lógica de promover uma política de intervenção adequada no que respeita aos colaboradores. Neste processo de gestão, é importante saber gerir pessoas e gerir processos, de forma a melhorar o ambiente e aumentar a satisfação dos colaboradores, aumentando assim o envolvimento e o compromisso com a instituição.



10. PROTOCOLOS

No ano transato, e tendo em conta a panóplia diversificada de protocolos e parcerias de que a instituição já dispõe em vários setores, a estratégia passou por estabelecer acordos de colaboração em áreas menos abrangidas anteriormente. Ao mesmo tempo, a instituição procurou ir ao encontro das solicitações/sugestões dos seus associados. Assim, em 2019, o destaque recai sobre primeiro protocolo efetuado no âmbito da saúde animal, isto é, com o **HVB - Hospital Veterinário de Braga**. Além disso, foram, também, estabelecidos acordos nos **setores do vestuário e da educação**, nomeadamente:

<p>EDUCAÇÃO</p> <p>Lumus – Centro de Estudos</p> 	<p>Oferece aos associados e seus familiares:</p> <ul style="list-style-type: none">- Oferta de inscrição e seguro;- Desconto de 15% nas tarifas de sala de estudo;- Desconto de 10% nas tarifas de explicações e em <i>workshops</i>/formações.
---	--

<p>VESTUÁRIO</p> <p>Montagut – Fashion Outlet</p> 	<p>Oferece aos associados e seus familiares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desconto de 30% nos produtos da coleção <i>Maison Montagut</i> (não acumulável com outras campanhas em vigor);
<p>SÁUDE ANIMAL</p> <p>HVB – Hospital Veterinário de Braga</p> 	<p>Oferece aos associados e seus familiares:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desconto de 10% sobre os preços da tabela em vigor os serviços e atos clínicos; - Desconto de 5% na medicação.

FAH
Hah
Gout
H
J
yphab

11. SÍNTESE

Perante as ilações apresentadas no presente relatório, pode concluir-se que os propósitos e objetivos traçados pela instituição no Plano de Atividades para o ano de 2018 foram, na sua generalidade, cumpridos.

Outro aspeto que convém realçar é a consistência que se manteve quanto ao volume de associados registados no Fundo Social, representativa de um estado de satisfação geral.

O ano de 2018 e as diferentes ações desenvolvidas pelo Fundo Social permitiram fazer jus à missão e aos valores que estão na sua base de atuação. A equipa da nossa instituição procurou, em todos os momentos, contribuir para o bem-estar dos nossos associados e para a construção de uma comunidade cada vez mais ciente da importância da solidariedade.

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	6.664,16	13.717,83
Ativos intangíveis	6	-	
Investimentos financeiros	7	2.217,97	1.532,40
Subtotal		8.882,13	15.250,23
Ativo corrente			
Inventários	8	2.990,15	3.612,66
Associados/membros	9	36.175,15	19.387,80
Diferimentos	10	710,74	469,36
Outros ativos correntes	11	49.061,87	45.206,36
Caixa e depósitos bancários	12	192.047,78	216.631,61
Subtotal		280.985,69	285.307,79
Total do Ativo		289.867,82	300.558,02
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	235.214,25	251.143,95
Resultado líquido do período		(9.054,74)	(15.929,70)
Total dos fundos patrimoniais		226.159,51	235.214,25
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	14	19.276,41	17.234,30
Estado e outros entes públicos	15	2.387,44	2.942,22
Financiamentos obtidos	16	635,81	2.346,05
Diferimentos	10	9.674,58	6.548,69
Outros passivos correntes	17	31.734,07	36.272,51
Subtotal		63.708,31	65.343,77
Total do passivo		63.708,31	65.343,77
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		289.867,82	300.558,02

Braga, 27 de fevereiro de 2019

A Direção

O Contabilista Certificado, n.º 79.659

Fernando Gonçalves
Maria Goretti Ferreira Albuquerque
António de Jesus e Irmão
António de Jesus e Irmão

António José Carlos Estêvão

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	18	241.614,97	223.962,14
Subsídios, doações e legados à exploração	19	34.252,68	40.480,88
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(58.726,73)	(57.503,30)
Fornecimentos e serviços externos	20	(73.770,17)	(53.237,06)
Gastos com o pessoal	21	(130.615,25)	(129.931,28)
Outros rendimentos	22	46.846,98	22.595,02
Outros gastos	23	(55.956,16)	(49.822,08)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.646,32	(3.455,68)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(13.053,67)	(13.188,53)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(9.407,35)	(16.644,21)
Juros e rendimentos similares obtidos	24	443,08	998,19
Juros e gastos similares suportados	24	(90,47)	(283,68)
Resultados antes de impostos		(9.054,74)	(15.929,70)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(9.054,74)	(15.929,70)

Braga, 27 de fevereiro de 2019

A Direção

O Contabilista Certificado, n.º 79.659

Fernando Gomes L.S.

António José Correia Reis

Maria Goretti Ferreira Abrun
da Mota de Paço de Sousa

António
de Almeida

Demonstração dos Resultados por Naturezas (Sede, Bares e Casa do Areal)

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Sede	Bares	Casa Areal
Vendas e serviços prestados	61.718,24	82.633,84	97.262,89
Subsídios, doações e legados à exploração	18.750,00	-	15.502,68
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(58.726,73)	-
Fornecimentos e serviços externos	(5.332,08)	(3.010,97)	(65.427,12)
Gastos com o pessoal	(37.874,07)	(22.276,35)	(70.464,83)
Outros rendimentos	5.326,77	8.270,63	33.249,58
Outros gastos	(49.985,08)	(334,93)	(5.636,15)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(7.396,22)	6.555,49	4.487,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-	(3.270,43)	(9.783,24)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(7.396,22)	3.285,06	(5.296,19)
Juros e rendimentos similares obtidos	443,08	-	-
Juros e gastos similares suportados	(90,47)	-	-
Resultados antes de impostos	(7.043,61)	3.285,06	(5.296,19)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-
Resultado líquido do período	(7.043,61)	3.285,06	(5.296,19)

Braga, 27 de fevereiro de 2019

A Direção

O Contabilista Certificado, n.º 79.659

Fernando Amorim

Alvaro José Garcia Estar

Marcia Garcia Ferreira Abrun

Ana Maria de Aguiar e Silva

Ana F

Octávio Almeida

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	251.143,95	-	(15.929,70)	235.214,25	235.214,25
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13	(15.929,70)	-	15.929,70	-	-
	7	(15.929,70)	-	15.929,70	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			(9.054,74)	(9.054,74)	(9.054,74)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8			(9.054,74)	(9.054,74)	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6+7+8+10	235.214,25	-	(9.054,74)	226.159,51	226.159,51

Handwritten signature and initials in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	288.730,69	-	(37.586,74)	251.143,95	251.143,95
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13	(37.586,74)	-	37.586,74	-	-
	2	(37.586,74)	-	37.586,74	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			(15.929,70)	(15.929,70)	(15.929,70)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3			(15.929,70)	(15.929,70)	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6=1+2+3+5	251.143,95	-	(15.929,70)	235.214,25	235.214,25

Braga, 27 de fevereiro de 2019

A Direção

O Contabilista Certificado, n.º 79.659

Handwritten signatures of the Board of Directors:
 Francisco Pinheiro L. S.
 Maria Gótho Ferreira Abreu
 Ana Maria Araújo Silva
 António
 Carlos L. Albuquerque

Handwritten signature of the Certified Accountant:
 António José Correia Estêvão

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		234.827,62	210.680,23
Pagamentos de apoios		(6.750,00)	(5.750,00)
Pagamento a fornecedores		(173.868,38)	(125.891,64)
Pagamentos ao pessoal		(130.503,88)	(188.473,04)
Caixa gerada pelas operações		(76.294,64)	(109.434,45)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		59.754,01	94.889,67
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(16.540,63)	(14.544,78)
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(6.000,00)	-
Outros ativos		(685,57)	(657,28)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		443,08	998,19
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(6.242,49)	340,91
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.710,24)	(2.185,55)
Juros e gastos similares		(90,47)	(283,68)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(1.800,71)	(2.469,23)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(24.583,83)	(16.673,10)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	216.631,61	233.304,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	192.047,78	216.631,61

Braga, 27 de fevereiro de 2019

A Direção

O Contabilista Certificado, n.º 79.659

Fernando Amorim L.S.
Maria Góul Ferreira Abreu
Ana Maria Araújo Silva
Ant
Alto Alegre

António José Correia Estrela

13. ANEXO

1. Identificação da Entidade

O Fundo Social, Desportivo e Cultural dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Braga e Empresas Municipais, doravante também designado de Fundo Social ou Entidade, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direcção-Geral da Segurança Social, como I.P.S.S., com a inscrição n.º 8/11, a fls. 75 e Verso 76, do Livro n.º 13 das Associações de Solidariedade Social, efetuado em 11/10/2010 nos termos do n.º 2 do art.º 9º do Regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro, que procedeu ao registo definitivo dos Estatutos como instituição particular de solidariedade social, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

O Fundo Social tem por objetivo principal a promoção do bem-estar e igualdades sociais, nomeadamente o apoio à infância, à juventude, à invalidez e à população adulta, bem como, secundariamente a prevenção da saúde, o desenvolvimento cultural, recreativo, desportivo, educacional e socioeconómico dos seus associados, benfeitores e comunidade em geral. O seu âmbito de ação abrange os habitantes do distrito de Braga.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma é referido que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a

sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	7

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os “Ativos intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja possível atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outros créditos

Os “Clientes” e as “Outros créditos” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registradas em “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos Contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos financeiros” de “Empréstimos obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto

estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os “Encargos financeiros” não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos fixos tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez, os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.8. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

3.2.8. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registrados, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.11. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.12. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2018
Custo			
Equipamento básico	16.720,63	-	16.720,63
Equipamento de transporte	21.858,59	6.000,00	27.858,59
Equipamento administrativo	25.002,25	-	25.002,25
Outros ativos fixos tangíveis	5.372,88	-	5.372,88
Total	68.954,35	6.000,00	74.954,35
Depreciações acumuladas			
Equipamento básico	11.936,39	1.144,17	13.080,56
Equipamento de transporte	10.929,28	5.143,10	16.072,38
Equipamento administrativo	29.306,66	6.390,21	35.696,87
Outros ativos fixos tangíveis	3.064,19	376,19	3.440,38
Total	55.236,52	13.053,67	68.290,19
Quantia escriturada			6.664,16

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2017
Custo			
Equipamento básico	16.720,63	-	16.720,63
Equipamento de transporte	21.858,59	-	21.858,59
Equipamento administrativo	25.002,25	-	25.002,25
Outros ativos fixos tangíveis	5.372,88	-	5.372,88
Total	68.954,35	-	68.954,35
Depreciações acumuladas			
Equipamento básico	10.792,22	1.144,17	11.936,39
Equipamento de transporte	7.286,18	3.643,10	10.929,28
Equipamento administrativo	22.916,45	6.390,21	29.306,66
Outros ativos fixos tangíveis	2.658,75	405,44	3.064,19
Total	43.653,60	11.582,92	55.236,52
Quantia escriturada			13.717,83

6. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Saldo em 31-dez-2018
Custo		
Programas de computador	4.838,39	4.838,39
Total	4.838,39	4.838,39
Amortizações acumuladas		
Programas de computador	4.838,39	4.838,39
Total	4.838,39	4.838,39
Quantia escriturada		-

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2017
Custo			
Programas de computador	4.816,07	-	4.838,39
Total	4.816,07	-	4.838,39
Amortizações acumuladas			
Programas de computador	3.210,46	1.605,61	4.838,39
Total	3.210,46	1.605,61	4.838,39
Quantia escriturada			-

7. Investimentos financeiros

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aumentos	Saldo em 31-dez-2018
Fundo de Compensação	1.532,40	685,57	2.217,97
Total	1.532,40	685,57	2.217,97

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2018	CMVMC em 2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.612,66	60.592,64	(2.488,42)	2.990,15	58.726,73
Total	3.612,66	60.592,64	(2.488,42)	2.990,15	58.726,73

Descrição	Inventário em 01-jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2017	CMVMC em 2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.897,86	59.391,99	(2.173,89)	3.612,66	57.503,30
Total	3.897,86	59.391,99	(2.173,89)	3.612,66	57.503,30

9. Associados/membros

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Ativo		
Atividades	5.380,14	13.360,02
Quotas, jórias, mensalidades	30.795,01	6.027,78
Perdas por imparidade	-	-
Total	36.175,15	19.387,80

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	710,74	469,36
Total	710,74	469,36
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios	9.031,34	6.446,19
Juros	643,24	102,50
Total	9.674,58	6.548,69

11. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Outros créditos:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Entidades devedores por subsídios	11.031,34	8.446,19
Outros devedores	14.980,53	14.106,17
CMB	14.950,00	14.950,00
<i>Rappel</i>	8.100,00	7.704,00
Perdas por Imparidade	-	-
Total	49.061,87	45.206,36

12. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa	2.430,96	3.902,35
Depósitos à ordem	69.616,82	92.729,26
Depósitos a prazo	120.000,00	120.000,00
Total	192.047,78	216.631,61

13. Fundos patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2018
Fundos	251.143,95	-	15.929,70	235.214,25
Resultado líquido do período	(15.929,70)	15.929,70	9.054,74	(9.054,74)
Total	235.214,25	15.929,70	24.984,44	226.159,51

14. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Fornecedores c/c	19.276,41	17.234,30
Total	19.276,41	17.234,30

15. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	163,97	81,11
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	891,03	156,83
Segurança Social	1.332,44	2.704,28
Total	2.387,44	2.942,22

16. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a “Financiamentos obtidos”:

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Outros Empréstimos	-	635,81	635,81	-	2.346,05	2.346,05
Total	-	635,81	635,81	-	2.346,05	2.346,05

17. Outros passivos correntes

A rubrica de “Outros passivos correntes” é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Pessoal	4.188,75	9.000,06
Credores por acréscimos de gastos	16.864,54	13.852,60
Outros credores	10.680,78	13.419,85
Total	31.734,07	36.272,51

18. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “Serviços Prestados”:

Descrição	2018	2017
Quotas e jóias	43.623,81	55.847,62
Mensalidades	97.262,89	73.883,58
Cartões Familiares	20,00	141,00
Bares	82.633,84	85.245,39
Vending	718,39	650,66
Atividades Socio-Culturais	17.356,04	8.193,89
Total	241.614,97	223.962,14

19. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	34.252,68	40.480,88
Total	34.252,68	40.480,88

Em ambos os anos os subsídios foram concedidos pelos seguintes entidades:

Descrição	2018	2017
IEFP	15.502,68	25.530,88
CM Braga	14.950,00	14.950,00
Outros	3.800,00	-
Total	34.252,68	40.480,88

20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	24.303,81	19.367,08
Materiais	6.536,58	5.400,55
Energia e fluidos	35.004,81	19.832,58
Deslocações, estadas e transportes	100,40	-
Serviços diversos (*)	7.824,57	8.636,85
Limpeza, higiene e conforto	4.011,18	3.031,85
Comunicação	2.560,40	1.777,85
Seguros	1.250,62	1.424,88
Total	73.770,17	53.237,06

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

21. Gastos com o pessoal

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 foi de 15 e em 2017 foi de 15. Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	105.942,65	111.473,94
Encargos sobre as remunerações	19.617,80	15.274,17
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.843,29	2.064,63
Outros gastos com o pessoal	2.211,51	1.118,54
Total	130.615,25	129.931,28

22. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Descontos de pronto pagamento obtidos	492,39	43,82
Ganhos em inventários	8.100,00	7.704,00
Outros rendimentos (*)	38.254,59	14.847,20
Donativos	37.273,73	13.448,29
Consignação do IRS e IVA	796,45	396,03
Outros	184,41	1.002,88
Total	46.846,98	22.595,02

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

23. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Perdas em inventários	238,93	376,59
Outros gastos (*)	54.901,23	49.445,49
Atividades socio-culturais	39.059,26	30.496,89
Casa Areal	5.508,15	8.959,65
Subsídio nascimento	4.750,00	4.750,00
Apoio médico	3.325,00	3.600,00
Subsídio funeral	2.000,00	1.000,00
Total	55.140,16	49.822,08

(*) Discriminadas as quatro rubricas de maior valor por ordem decrescente

24. Resultados financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	90,47	283,68
Total	90,47	283,68
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	443,08	998,19
Total	443,08	998,19
Resultados financeiros	352,61	714,51

25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

26. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

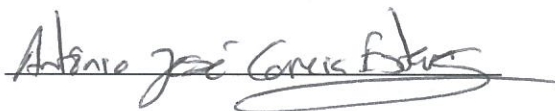
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção no dia 11 de março de 2019.

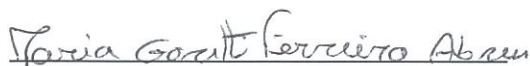
Braga, 27 de fevereiro de 2019

A Direção

O Contabilista Certificado, n.º 79.659













Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 554/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

Factos relevantes após o termo do período

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção, em reunião de 11 de março de 2019.

Proposta de aplicação dos resultados

O Fundo Social apresentou um resultado líquido do período negativo no valor de 9.054,74€. A Direção propõe que o resultado líquido no período de 2018 seja transferido na rubrica de Fundos.

